



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

DA ACEITAÇÃO À NEGAÇÃO: CAMINHOS DA FEIRA-LIVRE DE FEIRA DE SANTANA

Sara Soares Costa Mamona

Universidade do Estado da Bahia/ Instituto Federal Baiano
sara.costa.mamona@gmail.com

RESUMO

O texto a seguir tem como finalidade apresentar algumas reflexões sobre a origem do município de Feira de Santana e as feiras (livre e do gado) que marcam sua história e identidade. Numa abordagem qualitativa, a metodologia constou de uma pesquisa de cunho bibliográfico. As principais discussões versaram sobre a história da origem de Feira de Santana, marcada por silenciamentos; a história controversa de orgulho e negação da feira-livre, enquanto representação da identidade cultural do município, perpassada por ideais, discursos e práticas. As primeiras conclusões apontam para a necessidade de repensar a feira-livre, para além da sanitização e silenciamento, numa perspectiva de diálogo e convivência pacífica entre o moderno e o tradicional.

Palavras-chave: Feira-livre. Feira de Santana. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz um olhar sobre a origem do município de Feira de Santana e suas Feiras livres no âmbito de um projeto de pesquisa que tem como objeto “os processos educativos presentes nas ações de resistências de feirantes do centro de Feira de Santana – Bahia, frente às retiradas empreendidas pelo poder público municipal local”. Para construção dessas reflexões foi utilizada a pesquisa bibliográfica, considerando livros, teses e dissertações, numa abordagem qualitativa. Este artigo compõe um percurso avaliativo do componente curricular Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável – ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – e, está dividido em quatro seções, articulando-se com a linha temática 5 – políticas públicas, gestão e desenvolvimento local e regional na medida em que apresenta reflexões históricas da constituição da localidade que reverberam, até os dias atuais, na adoção de políticas públicas que buscam a retirada da feira-livre do centro de Feira de Santana.

2 FEIRA DE SANTANA: ORIGENS

Um dos historiadores tradicionalmente citados e que traz a historiografia dominante sobre o surgimento de Feira de Santana é o Poppino (1968). Para este autor, Feira de Santana teria se originado a partir da Fazenda Santana dos Olhos D’água que pertencia ao casal cristão,



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

de origem portuguesa, Domingos Barbosa de Araújo e sua esposa Ana Brandão. O casal teria, segundo aquele autor, se instalado naquelas localidades por volta do século XVIII, apesar de afirmar que a localidade já pertencia a Comarca de Cachoeira desde o final do século XVII, sem fazer alusão ao que teria acontecido na região no período anterior aos Araújo/Brandão. Na versão de Poppino (1968), e de outros historiadores tradicionais, a cidade de Feira de Santana ergue-se em torno daquela fazenda; de uma igreja erigida pelos proprietários para devoção à Senhora Santana e São Domingos; e, de uma feira que foi se consolidando naquele trecho por onde passava uma estrada de bois.

Porém, a historiografia mais atual de Feira de Santana, indica sua origem no século XVII, com uma sesmaria¹, da família Peixoto Viegas, que compreendia as terras de Itaporoca, Jacuípe e Água Fria. Após a morte de João Peixoto Viegas, o neto, por volta de 1732, as terras teriam sido divididas em fazendas, por herança, tendo sido a Fazenda “Santana dos Olhos D’água” adquirida pelo casal cristão Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão², provavelmente, no início do século XVIII (ANDRADE, 1990).

Durante o Brasil Colônia, o governo Português esperava consolidar a conquista das terras do Brasil através da estratégia do povoamento que resultou na divisão do território em capitanias. Essa estratégia favorecia, amplamente, ao governo português, pois atendia várias demandas: garantia a posse da terra, evitando invasões de países estrangeiros; mantinha a extração vegetal (Pau-brasil) e aumentava o plantio de cana-de-açúcar (havia a obrigatoriedade de cultivar a terra, sob pena de devolução à coroa, quando houvesse descumprimento); fundava povoados; arrecadava recursos oriundos de dízimos e impostos cobrados pelos donatários das capitanias, aos colonos que exploravam as terras por concessão (sesmarias); cuidavam localmente da justiça.

Os donatários (como eram chamados os capitães-governadores das capitanias), segundo Andrade (1990, p. 22), recebiam, mediante doação do Rei de Portugal, a posse das terras, as riquezas por elas geradas, além de “jurisdição civil e criminal”.

¹Sesmaria era um instrumento jurídico utilizado para cessão de terras que fora amplamente utilizado pelo governo português durante o período colonial no Brasil. Esse instrumento materializava-se mediante um documento chamado de “Carta de Sesmaria”. (ANDRADE, 1990).

²Segundo os estudos de Andrade (1990) os Araújo/Brandão não eram portugueses, tendo genealogia apontada para o recôncavo baiano onde teriam nascido e casado.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

Eles eram responsáveis por dividir as terras, somente entre os Cristãos que, obrigatoriamente, residissem na Colônia. Esta divisão, que se dava através das Cartas de Sesmaria, concedia aos sesmeiros a posse das terras e algumas obrigações legais, além de prestígio social, poder e regalias. Como precisavam fazer a terra produzir, os sesmeiros eram pessoas com recursos. Passado um tempo determinado, eles poderiam dispor das terras, conforme sua vontade. Pessoas que empreendiam guerra aos índios também poderiam requerer uma sesmaria à Lisboa.

Na Bahia, outra forma de cessão de terras, foi o apossamento. Duas famílias, Garcia D'Ávila e Guedes de Brito, eram os donos da terra. Nas primeiras décadas do século XVI, dois latifundiários, criadores de gado e sesmeiros: Francisco Dias D'Ávila (casa da Torre³) e Antônio Guedes de Brito (casa da Ponte⁴) ampliariam suas sesmarias de maneira exponencial. Para se ter ideia, em 1697, cada sesmaria deveria ter três léguas quadradas, porém a sesmaria da casa da Torre tinha 260 léguas e a casa da Ponte, cerca de 160 léguas.

As terras que deram origem ao município de Feira de Santana pertenciam a Casa da Ponte, da família Guedes de Brito. Uma parte da Sesmaria de Tocós, abrangia os campos de Itaporocas, Jacuípe e Água Fria foi vendida para João Lobo de Mesquita e, posteriormente, para João Peixoto Viegas, no ano de 1653. Este era produtor e comerciante de açúcar, além de funcionar como um consultor para as questões referentes à cana-de-açúcar e a crise do açúcar, conforme Pinho (1982, apud ANDRADE, 1990). Para ilustrar o que esteve ocorrendo na atividade agrícola comercial na Bahia no século XVII, quando as terras de Feira de Santana foram adquiridas, tomaremos alguns marcos temporais: em 1631, calamidade; daquele período até 1666 houve uma revitalização que durou pouco tempo; novo período de crise ressurgiu permanecendo até 1692, sendo que em 1681 havia uma situação de miséria para Salvador e Recôncavo Baiano.

Historiadores como João Capistrano de Abreu, Francisco Adolfo de Varnhagem, Anita Novisky, Russel-Wood (ANDRADE, 1990), em distintos momentos, trarão novos elementos sobre João Peixoto Viegas, conforme destacado a seguir: o homem era reconhecido entre os seus como eficaz concorrente dos índios paiaiazes; um verdadeiro conquistador que gozava de enorme prestígio entre as autoridades da capitania; tesoureiro e escrivão das bulas, colaborador dos emissários do Santo Ofício, ligados à Inquisição; membro da aristocracia rural, representante dos criadores na manutenção da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em seu

³ A Casa da Torre é uma fortificação construída em forma de castelo no período entre 1600 a 1624 pelo patriarca da família Garcia D'Ávila para proteger a família dos ataques inimigos. O castelo está



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

localizado na Praia do Forte, município de Mata de São João. (FREITAS, 2014).

⁴A Casa da Ponte, da família Guedes de Brito, foi construída nas terras que atualmente compreendem o município de Morro de Chapéu, na Chapada Diamantina, com a mesma destinação de dar segurança aos moradores em tempos de disputas sangrentas para povoamento do sertão. (FREITAS, 2014).

tempo. Ele possuía esse imenso prestígio apesar de ser um cristão-novo. Segundo Andrade (1990), a historiadora Rae Jean Dell Flory ao discutir sobre a terra e a sociedade no distrito fumageiro de Cachoeira, no período de 1600 a 1675, apontará João Peixoto Viegas como proprietário de extensas áreas de terra entre os distritos de Cachoeira e Maragogipe, citando as planícies do Jacuípe, Itapororocas e Água Fria, com destaque para o fato de que havia naquelas terras algumas fazendas que haviam sido arrasadas por índios hostis e que, após três anos, Viegas havia fundado naquele lugar uma nova colonização.

Antes mesmo do casal Araújo/Brandão se estabelecer em uma das fazendas, que pertencia a família Peixoto Viegas, a região já representava “pouso obrigatório do caminho que dava para o São Francisco e para as minas de Jacobina” (ANDRADE, 1990, p. 128). A sede da vida social e religiosa da região concentrava-se no arraial de São José das Itapororocas, uma freguesia vinculada à Comarca de Cachoeira, que constituía-se o núcleo principal das atividades de criação e uma parada obrigatória de tropeiros. Esta proeminência perdurou até o século XVIII quando a freguesia foi desmembrada das capelas de Santana do Camisão, Conceição do Riachão e Santo Estevão, entre 1751 e 1752. Em paralelo a estes acontecimentos a capela de Santana foi erigida nas terras da Fazenda Santana dos Olhos D'Água, pertencentes ao casal Araújo/Brandão. Segundo a historiografia dominante, a partir do início do século XVIII, as pessoas que acompanhavam as tropas começaram a se aglomerar em torno da capela e formaram uma feira de gado. Num dado momento, o eixo econômico e social que estava concentrado em São José das Itapororocas, se desloca para aquela localidade que passou a ser a mais movimentada da região.

O casal Araújo/Brandão faleceu sem deixar herdeiros, portanto, em 1733 as terras pertencentes a eles foram incorporadas à capela de Sant'Ana, passando a localidade para o status de arraial e, posteriormente, em 13 de setembro de 1832, seria alçada à condição de Vila de Feira de Santana, compreendendo a freguesia de São José das Itapororocas, Santana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão. A vida na Vila se intensificaria cada vez mais, principalmente pelo fato de estar no caminho direto para Jacobina e Mundo Novo de um lado, de outro subindo para o Cachoeira, de outro para o Piauí e ainda em direção para o rio São Francisco. A Vila que estava na rota do gado, passou a ser o centro da área pastoril na Bahia e referência na expansão geográfica e econômica da região.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

O fato é que a história, hegemonicamente contada, viva na memória e imaginário da população de Feira de Santana, recontada oralmente por qualquer feirense, é marcada pela presença de uma importante feira (de gado e livre), que determinaria a vocação comercial daquele povo e enaltece o casal Araújo/Brandão, personagens (re) lembrados como exemplo de bons cristão, um casal feliz e amado, conforme destaca Andrade (1990), mesmo sem grande destaque no cenário local. Por outro lado, a história não menciona e silencia a existência de uma figura proeminente como João Peixoto Viegas e sua família que, conforme dados históricos, atuaram fortemente na colonização do sertão e construção do município.

O referido casal [Araújo/Brandão] é registrado na historiografia tradicional dominante como “amado e admirado”, virtuoso, feliz, respeitável, capaz de atrair “muitos fazendeiros” que buscavam suas relações de amizade. Em contraposição, João Peixoto Viegas, um cristão-novo [de origem judaica], poderia ter recebido dessa mesma historiografia toda a carga de preconceitos de que sempre foram vítimas os cristãos-novos na história da península ibérica e no Brasil Colonial. (ANDRADE, 1990, p. 92).

Os estudos, supramencionados, levam a crer que, muito provavelmente, tenha sido criado uma versão da história que era conveniente ao poder da Igreja Católica, possuidora de grande influência naquele período histórico, principalmente, com o Estado em Portugal. Nesta versão, as figuras dos cristãos, devotos aos santos católicos e à família, foram enaltecidas, em função de um enorme preconceito que havia, à época, quanto aos cristãos-novos⁵. Fora construído, conforme destaca aquela autora, um verdadeiro mito em torno daquele casal e um silenciamento (não se sabe se de forma intencional ou não) em torno da família de João Peixoto Viegas que mesmo tendo sido proeminente senhor, dono de muitas posses e riquezas, com destaque na sociedade local, prestado relevantes serviços à coroa e à própria igreja; tinha contra ele, conforme os padrões da época, o fato de ser imigrante português, de origem judaica e filho bastardo de um clérigo [foi legitimado, posteriormente]. Aquele que “colaborou” para o povoamento do sertão, segundo o interesse dominante da época, e tanto contribuiu para a construção da cidade, hoje considerada como a maior do interior baiano e de importância para a economia desta região, foi silenciado pela história local.

⁵ Os cristãos-novos eram judeus que se convertiam ao cristianismo. Medida providenciada pelo rei de Portugal, Dom Manoel que, em 1497, autorizou o batismo dos judeus residentes no país. Havia muito preconceito na sociedade da época e da própria igreja quanto a estes novos convertidos, porém o jogo de interesse em virtude das posses daquelas pessoas acabava por permitir a inclusão deles em várias esferas importantes na vida social e política em sua época (ANDRADE, 1990).



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

É possível que essa mesma distorção, que poderíamos chamar de artifício utilizado para apagamento, silenciamento ou construção de mitos históricos, que se nota quanto às origens de Feira de Santana seja também utilizado para apagar as riquezas e vicissitudes do sertão [lembramos da extração de pedras preciosas na Chapada Diamantina; das terras que fizeram dos Dias D'Ávila e dos Garcia Guedes ricos e prósperos e de todas as riquezas que os sertões enviaram para Portugal], criando, em contrapartida, um imaginário de terra castigada pelas fortes estiagens no semiárido nordestino, seca, pobre e sem vida, como nos aponta os estudos de Freitas (2014). Quem sabe, esse mesmo artifício tenha sido utilizado para construir uma nova cara para a Princesa do Sertão⁶, excluindo/apagando de sua história a beleza e a pujança da feira-livre para transformá-la em algo indesejável, feio e ultrapassado? Mas, sobre a história das feiras em Feira de Santana, falaremos na seção seguinte.

Atualmente, a Princesa do Sertão possui uma população estimada de 627.477 pessoas (IBGE, 2016; 2017), majoritariamente, concentrada na zona urbana (IBGE, 2010). Com uma unidade territorial de 1.338 km², à 110 km da capital baiana, o município compreende oito (8) distritos, desde a última divisão territorial em 1988 (IBGE, 20--). Na atualidade, Feira de Santana faz parte do território de identidade do Portal do Sertão.(DIEESE, 2010). Do ponto de vista econômico Feira de Santana é marcada em suas origens pela pecuária e o comércio que girava em torno do gado. Atualmente, a sua economia é marcada pelo comércio e serviços que chega a compreender 74,7% da atividade econômica, conforme visto na tabela abaixo.

Tabela 01: Participação dos setores na atividade econômica no município de Feira de Santana, através do Produto Interno Bruto (PIB) Total.

Setor	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
% de participação	0,5%	24,8%	74,7%	100%

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2014.

A pecuária representa uma parcela reduzida na atividade econômica do município e mesmo somada com o PIB produzido pela indústria, não fica perto do que representa o comércio e serviço, o que acaba reforçando a vocação da cidade quanto ao comércio. O Índice de Performance Socioeconômica (IPESE), desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que tem por finalidade medir a capacidade dos municípios baianos de ofertar serviços básicos e de qualidade para a população, concentra três dimensões avaliativas quanto à educação, saúde (indicadores sociais) e financeira (indicadores econômicos). De acordo com esse índice, Feira de Santana está entre os 20 municípios com melhor desempenho (SEI, 2014), merecendo destaque para dimensão econômica/financeira com desempenho muito alto, conferindo ao município o 5º lugar no ranking geral.

⁶O apelido de “Princesa do Sertão” foi dado pelo renomado jurista Ruy Barbosa, nos idos de 1919, quando de passagem por Feira de Santana (ROCHA, 2016).



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

A seção seguinte abordará a feira de Feira de Santana (do gado e feira livre) que se tornou a mais importante da região, chegando a substituir a primeira feira de gado da América Portuguesa, a feira de Capuame (HENRIQUE, 2014); tratará do significado da feira-livre e do gado para Feira de Santana e região; o processo de modernização da cidade que culminou com a retirada da feira do gado e, posteriormente, com a extinção da feira-livre do centro da cidade no ano de 1977, por meio de decreto municipal.

3 AS FEIRAS DE FEIRA DE SANTANA: DO APOGEU À AGONIZANTE RESISTÊNCIA DOS DIAS ATUAIS

Em função do movimento em torno do gado, no século XVII, o sítio de Capuame passou a ser localizado como ponto de paragem para o gado que abastecia Salvador. Capuame ficava sob a jurisdição do coronel e sesmeiro Dias D'Ávila, sendo esta família apontada, por diversas historiografias, como a criadora da Feira de Capuame. Mesmo que o fato não tenha acontecido desta forma, certamente, a família desempenhou papel relevante, enquanto proprietários e funcionários régios, para consolidação do movimento estabelecido em torno do gado na região. Posteriormente, em função de interesses da Coroa portuguesa, Capuame foi institucionalizada como Feira, em 1727, com todo o aparato do governo para assegurar seu funcionamento, inclusive instituindo um registro de entrada de gado. Esta foi a primeira Feira do Gado da América Portuguesa que, na atualidade, estaria localizada em algum ponto entre os municípios de Camaçari e Dias D'Ávila, na Bahia (HENRIQUE, 2014).

A feira de Capuame foi considerada a mais importante da região até a consolidação da Feira do Gado de Feira de Santana local apontado, de acordo com os estudos de Henrique (2014), como sendo uma importante encruzilhada que ligava os sertões ao litoral, cortada por quatro diferentes estradas; uma passagem de cerca de três a quatro mil pessoas por semana e que chegou a registrar o maior ponto de contrabando de animais do século XVIII, levando as autoridades locais a instalarem um registro de entrada de gado na então Fazenda Olhos D'Água, a fim de assegurar a ida dos animais até Capuame. Com todos esses pontos destacados, pareceu inevitável que o aparelho da feira de Capuame fosse deslocado para a feira de Feira de Santana, o que, efetivamente, ocorreu por volta de 1830.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

A feira do gado de Feira de Santana cresceu e se consolidou, sendo necessária a instalação de um Campo do Gado. O primeiro local destinado para comercialização dos animais passou a ser o Campo da Gameleira (atualmente a praça do nordestino). No final do século XIX a feira havia crescido tanto que acabou se misturando com a feira-livre, suas barracas, produtos e feirantes. A convivência da feira-livre e da feira do gado permaneceu até o período entre 1938-1943 quando foram construídos os currais modelo (na atual rua Santos Dumont). Posteriormente, durante a gestão municipal de Arnold Silva (1959-1962), a feira do gado foi novamente transferida para mais distante – bairro da Queimadinha. O segundo curral modelo foi construído em 1960 fora do centro urbano; a MAFRISA, local destinado ao abate das reses, foi inaugurada em 1961 para atender aos anseios das elites locais.

De acordo com os estudos de Oliveira (2008), a feira do gado de Feira de Santana cresceu, exponencialmente, chegando a ser considerada, em 1950, a segunda maior feira de gado do Brasil com a venda de mais de 100 mil cabeças de gado/ano. Porém, aquela que simbolizava o comércio pecuário rico, marcada pela figura forte do vaqueiro, dos animais e da ruralidade foi se tornando inconveniente para os ideais de urbe moderna e próspera, sendo, gradativamente, afastada do centro da cidade para locais cada vez mais distante.

Com a feira do gado ou sozinha, a feira-livre de Feira de Santana teve sua história marcada pelo apogeu e glória até a desvalorização e a agonia do tempo presente. Na década de 1950 a feira-livre era uma festa só. A cultura sertaneja, através da feira, tomava conta de cerca de seis ruas importantes do centro da cidade de Feira de Santana – atualmente, a feira-livre remanescente está concentrada na praça Bernardino Bahia e na rua Marechal Deodoro. Produtores e atravessadores comercializavam todos os tipos de produtos, principalmente, aqueles produzidos na região como feijão, farinha, tapioca, milho, etc. por lá também se encontravam cordelistas, tocadores, cantadores, repentistas, comedores de fogo, gente do circo, fateiras, quitandeiras, produtores/vendedores de artesanato de barro, cipó, palha e sisal, junto a eles tantos outros davam um colorido e vida para a feira de Feira. Gente de toda a região buscava aquele espaço para vender e, principalmente, comprar produtos para revenda em suas comunidades. Segundo Oliveira (2008, p. 48) a grande feira-livre

era mais que um local para as trocas comerciais: era um ambiente de sobrevivências, de celebração, de costumes, do estabelecimento de redes de solidariedade. Ela tornara-se um elemento de identidade da cidade.

A autora ilustra apresenta a feira-livre como um caráter identitário para o povo de Feira de Santana. Aquela constituía-se no evento mais importante da cidade do ponto de vista econômico e social. Havia um embricamento que ligava a feira, a cidade e o comércio. Ela representava uma tradição que remontava ao surgimento da cidade. Neste sentido, Oliveira



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

(2008, p. 50) destaca que a feira “[...] constituía-se numa prática cultural capaz de orientar as atividades cotidianas e fornecer uma identidade local”.

A feira era algo para além de um local de compra e venda, corroborando com a ideia de cultura viva e pulsante no centro de Feira de Santana, ligado as suas raízes e identidade. E, desta forma, a feira-livre permaneceu como identidade local intocada no centro da cidade até por volta do ano de 1956 quando, imbuídos dos ideais desenvolvimentistas de urbanização e modernidade, tudo isso começa a mudar. Os jornais, algumas elites e governantes locais começam, nessa época, a difundir a ideia de que as barracas do centro estavam associadas ao feio e sujo e, portanto, dissociadas da fisionomia urbana da moderna Feira de Santana. A culminância desse discurso sanitarista se consolidará no ano de 1977 quando ocorre a extinção da feira-livre mediante decreto municipal.

É quase impossível falar de Feira de Santana sem falar de “feira”. Conforme dito, anteriormente, há no imaginário de todos, que o surgimento de Feira de Santana acontece a partir de uma feira do gado e de uma feira-livre. Porém, num certo momento a cidade parece virar as costas para sua história e busca se livrar daquela que outrora seria orgulho para a cidade sertaneja. Das duas feiras (a do gado e a livre) sobraram a vocação para o comércio, a arte de comprar e vender, a receptividade e a fama de que nesta cidade, tudo se acha.

3.1 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEIRENSE: CIDADE SAÚDE À CIDADE COMERCIAL E MODERNA.

A construção da identidade de feira de Santana passa, inicialmente, da década de 1870 do séc. XIX até a virada para o XX, por um movimento efetivo para construção da ideia de uma cidade saudável, de clima ameno, capaz de devolver saúde aos doentes. Segundo Silva (2000, p. 181) pelo menos “[...] duas gerações chegaram à maturidade [...] ouvindo e acreditando que a Feira de Santana era uma cidade sã”. Esse discurso, consolidado por ações locais que reforçavam essa ideia, permaneceu vivo na memória dos feirenses – e daqueles que por aqui passavam e/ou viviam – por algum tempo (há registro desse discurso até 1920).

O início do século XX, porém, seria marcado por um novo discurso de valorização do progresso urbano. Para algumas elites locais a nova identidade de Feira de Santana estaria



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

melhor representada pelo “[...] desenvolvimento local, as avenidas retas e largas, seus automóveis, seu casario bem alinhado”, vinculada também ao “reconhecimento e na afinidade com a diversidade, num espírito comercial que propicia o ir e vir de gentes, de uma ‘multidão heterogênea’, [...] que dá-lhe força e harmonia, a harmonia da fluída ambiência negociante” (SILVA, 2000, p. 185-190). Este novo discurso, agora vinculado à civilidade; ao espírito comercial; ao lugar cortado por rodagens que convergem; constituído de uma população diversa, caracterizada por pessoas vindas de vários lugares, mas que são sempre acolhidas de forma harmoniosa comporá a nova face da construção identitária da cidade comercial e moderna de Feira de Santana.

Um outro elemento, apontado pelos estudos de Segundo Rocha (2016, p. 2, 3) e que está presente na construção da identidade do povo de Feira de Santana é o conflito entre tradição (atrasado) e novo (modernidade). A autora aponta que esse fenômeno fora observado no período de 1940-1950, destacando que naquela época “A modernização tornou-se um objetivo a ser alcançado na tentativa de desprender do atraso que impedia a consolidação das práticas urbanas”. À época, o que de mais representativo poderia haver de moderno seria a construção da cidade: a urbanização. As tradições sertanejas, por outro lado, persistiam em continuar, mesmo que ocupando um espaço pequeno e delimitado uma vez que “[...] para as elites feirenses deveriam ficar escondidas nos distritos que representavam o mau gosto e o atraso”. (ROCHA, 2016, p. 3). Aliado a ideia de modernização estava presente também a industrialização da cidade que a autora destaca não ter sido de grande expressividade na época (1940-1950), pois ainda era “[...] incipiente e pouco representava para a economia do município [...], onde o comércio não foi contido pelas atividades industriais, permanecendo como a principal atividade econômica” (ROCHA, 2016, p. 3). Apesar de não representar uma transformação na atividade econômica do município a indústria se instalou como parte do projeto desenvolvimentista e modernista esperado pelas elites locais de Feira de Santana⁷.

Nesse mesmo estudo, a autora traz o apagamento das classes populares no processo de construção dos ideais do novo, belo e moderno, tendo jornais locais como os principais veículos para consolidação desses ideais, apesar de terem sido escritos para uma elite – um grupo específico de leitores –, da qual as classes do povo não faziam parte. Vale salientar que a ideia de oposição/dicotomia entre novo e velho, tradição e moderno, dentre outras possíveis,

⁷O Centro Industrial Subaé (CIS) foi construído em 1970 (FREITAS, 2009) em Feira de Santana. Então, no fim do século XX, a municipalidade vê fortalecido o ideal de cidade grande, moderna e avançada tecnologicamente com o advento da implantação desse aparato industrial.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

geralmente produzem separação, rejeição e desvalorização do diferente em detrimento do diálogo e do convívio possível entre as gerações e as culturas diversas.

Em meados do século XX, década de 1950 mais ou menos, o discurso identitário que se queria para Feira de Santana era de cidade comercial. Aquela que se tornara, nesta época, o maior entroncamento rodoviário do norte/nordeste, possuía quase 700 casas comerciais empregavam milhares de pessoas e esses números dobram em relação a década seguinte. (OLIVEIRA, 2008). Modernas casas comerciais ofereciam produtos industrializados e produtos da região o que diversificava o comércio para todos que faziam suas compras em Feira de Santana, “Cidade comercial por excelência, onde negociar, comerciar e arrematar eram [...] uma espécie de vocação feirense” (OLIVEIRA, 2008, p. 62). Assim, a Feira comercial foi se consolidando no imaginário da região e dos feirenses.

É, justamente, após a segunda grande guerra (findada em setembro de 1945) que o projeto dos países centrais e de organismos internacionais se voltam para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através do crescimento econômico. Santos e Rodrigues (2002) destacam que este projeto de desenvolvimento econômico, pensado e executado de cima para baixo e sem a participação das classes populares, está pautado na aceleração do crescimento econômico através da industrialização e da garantia de resultados macroeconômicos que desconsideram fatores importantes para o desenvolvimento equânime da vida em sociedade como os “objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (SANTOS; RODRIGUES, 2002, p. 25), fatores esses que garantiriam a vida digna no tempo presente e também a continuidade da vida para as gerações futuras.

Com base nos estudos de Santos e Rodrigues (2002), podemos afirmar que no projeto desenvolvimentista, o crescimento econômico era algo a ser perseguido, deslocado da vida. Aquele, na prática, não estava a serviço do bem comum e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em geral. O projeto desenvolvimentista hegemônico desconsidera outros aspectos da vida em sociedade, que deveria ser a razão de existir das economias, como questões sociais, culturais, naturais e políticas, por exemplo. Quer dizer, a vida, o bem-estar, a oferta de bens e serviços básicos para suprir as necessidades humanas deveriam ser mantidas pelo poder econômico e não sujeitas a ele, como impôs aquele modelo de desenvolvimento econômico. Essa inversão de valores gerou, na prática, pobreza e exclusão social.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

Em acordo com os estudos de Contreras (1999) podemos inferir que a ideia de modernidade que Feira de Santana viveu está imbricada no discurso político e social dominante de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para o referido autor, esse discurso reforça a ideia de modernidade como forma de alcançar o desenvolvimento, conseguido através do urbanismo e industrialização – únicas formas concebidas para superação do atraso e do ultrapassado que representam o subdesenvolvimento. Neste sentido, Feira de Santana comprou, rapidamente, esse discurso buscando adaptar-se a esta nova realidade imposta pelo discurso dominante de desenvolvimento. Neste modelo, o caminho percorrido passou pelo silenciamento das culturas diversas – neste caso a sertaneja – e, por outro lado, pelo fortalecimento e legitimidade de uma ideia de urbe moderna, comercial e possuidora de indústrias. Assim, o crescimento econômico para alcançar o sonho do desenvolvimento também pode ser visto nessas terras do sertão nordestino.

3.2 DE VOLTA À FEIRA-LIVRE

Todo o processo de construção da identidade de Feira de Santana enquanto cidade comercial acolhedora, bela, desenvolvida e progressista, colaborou para o apagamento de muitos dos símbolos que ligavam à cidade (moderna) ao sertão (atraso): o matadouro, os currais, os vaqueiros, os magarefes, a feira do gado, tudo afastado do centro e dos olhos das elites, e, finalmente, a feira-livre foi extinta em 1977, por decreto municipal, novamente atendendo ao discurso de algumas elites da cidade.

Associada à sujeira, ao feio, ao atraso e a causadora de prejuízos ao comércio local, a feira não atendia, segundo a compreensão de alguns grupos, ao modelo de urbe impulsionada pelo processo de industrialização e ao milagre desenvolvimentista vividos naquele período. Jornais registravam os sentimentos vividos na época, onde a fala de jornalistas, representantes comerciais e políticos (elites) o posicionamento era favorável à retirada da feira do centro da cidade. Por outro lado, as vozes dos feirantes revelavam algo peculiar, conforme relatos recolhidos em 1977, por Moreira (1994, p. 195-198), quando da retirada da feira-livre do centro da cidade: “Vou sentir muita falta deste pedacinho de terra onde armo minha barraca [...] mas Deus é quem vai tomar conta de tudo, e só ele é quem sabe do destino da gente” (DONA LOURDINHA, barraqueira); “[...] se eu tivesse preferência ficaria aqui no mercado, mas lei é lei então a gente tem que cumprir” (RAIMUNDO SANTANA, vendedor de requeijão). Apesar de qualquer consulta que revelasse a vontade e participação popular naquelas decisões, as elites construíram um discurso que foi aceito e ratificado pelo poder público municipal.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

A feira-livre de Feira de Santana, após 1977, foi se descaracterizando, perdendo muito dos seus elementos e sendo, paulatinamente, empurrada para os bairros e distritos. Atualmente, há registro de alguns pontos remanescentes da antiga feira-livre no centro do município, em processo de retirada e resistência, enquanto que as feiras dos bairros crescem e são fortalecidas pelo poder público municipal. Segundo o Sr. Reginaldo dos Santos, do sindicato dos feirantes, atualmente há registro de 4.200 feirantes, mas ele acredita que o número pode chegar a 15.000 trabalhadores. (CARDOSO; SILVA, 2017), número associado ao desemprego crescente no Brasil.

A feira-livre do centro de Feira de Santana que, outrora era uma pujança só, foi, paulatinamente, se fragmentando e se repartiu em muitas. Agora, setorizada e espalhada pela cidade, foi reorganizada em conformidade com os padrões urbanos. O centro de abastecimento, inaugurado em 1977, tinha setor específico para o comércio do couro e artesanato; outro para gêneros alimentícios diversos (farinha, feijão, milho e outros); uma ala para o comércio da carne verde; outro para as fateiras; noutro canto as frutas, verduras e legumes, principalmente, em atacado, compõem este local de concentração de produtos, originalmente, comercializados na antiga feira-livre da cidade. Os ambulantes, com a venda de roupas e outros produtos industrializados, foram reorganizados no espaço do Feiraguay, apesar da feira de roupa e outros produtos ainda serem encontrados em pontos antigos e tradicionais do centro da cidade como a rua Sales Barbosa⁸ e a rua Recife, popularmente conhecida como a ladeira do centro. Ainda há ambulantes, no centro da cidade, em maior concentração na avenida Sr. dos Passos e no entorno do Mercado de Arte Popular – neste, podemos encontrar os cordéis, repentistas, capoeiristas e outras formas de manifestação da cultura popular. A música, utilizada para atrair os fregueses na antiga feira, já não é escutada mais. Assim, polarizada e fragmentada o comércio de produtos, outrora encontrado na feira-livre, continua existindo na grande cidade comercial de Feira de Santana. Porém, a feira-livre, outrora pujante, forte e orgulho dos feirenses, agora resiste na praça Bernardino Bahia, foco deste estudo, e na rua Marechal Deodoro onde é possível encontrar frutas, legumes, derivados de mandioca, etc adquiridos do centro de abastecimento ou trazidos das roças do entorno.

Sobre a luta entre a resistência de um grupo de trabalhadores, sobre o povo, que de certa forma impõe sua vontade. Resiste. Fica na feira! Em oposição aos discursos que insistem em conformar a feira com o sujo, o desagradável, o feio, falaremos num outro artigo.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

⁸Atualmente está em construção, na área do Centro de Abastecimento, um “shopping” popular para abrigar os vendedores ambulantes que ocupam o centro da cidade. A retirada dos ambulantes é um pleito antigo dos comerciantes formais, que agora foram atendidos pela gestão pública municipal.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se discutir aspectos referentes ao desenvolvimento, modernidade e urbanização que aconteceram na constituição histórica e identitária do município de Feira de Santana, que acabaram favorecendo o silenciamento de uma das formas de manifestação da cultura popular: a feira-livre. Construídos com discursos e ações práticas, os ideais desenvolvimentistas se consolidaram, fortemente, enquanto que os remanescentes da feira-livre de Feira de Santana lutam silenciosamente (noutras vezes nem tanto) para continuarem sobrevivendo. Com esse estudo não se busca negar que a feira-livre possui problemas outros, porém acredita-se que dada a importância que possui para história da cidade, seria necessário um outro olhar e discurso sobre ela; outro pensar que seja construído com aqueles sujeitos (feirantes), respeitando suas histórias, percursos de vida e de trabalho; numa busca por uma convivência pacífica entre o moderno e a tradição, respeitando a própria história da “feira” que dá nome para a maior cidade do interior da Bahia: Feira de Santana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana**: um estudo de história colonial. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 1990.

CONTRERAS, Joan P. La construcción social del subdesarrollo y el discurso del desarrollo. In: BRETÓN, Víctor et al (ed.). **Los límites del desarrollo**: modelos “rotos” y modelos “por construir” en América a y África. Barcelona: Icaria, 1999.

DIEESE, 2010. **Quem somos**. Disponível em: <<http://geo.dieese.org.br/bahia/quemSomos.php>>. Acesso em: 20 maio 2018.

FREITAS, Nacelice Barbosa. Modernização industrial em Feira de Santana: uma análise da implantação do Centro Industrial do Subaé –CIS. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 41, p.139-160, jul./dez. 2009.



VIII Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – VIII ETBCES

_____. **O Descoroamento da Princesa do Sertão:** de “chão” a Território, o “vazio” no processo de valorização do espaço. Tese. Programa de pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame:** pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

IBGE. **Cidades.** 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>> Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. **Cidades.** 20--?. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/feiradesantana.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2018.

MOREIRA, Vicente D. Projeto memória da Feira Livre de Feira de Santana: Segunda fase, texto nº 01, algumas palavras. **SITIENIBUS**, nº 12, p. 193-200. Feira de Santana, 1994.

OLIVEIRA, Ana Maria C. Dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade:** olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960). 2008. 220 f. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana.** Tradução: Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia: Editora Itapuã, 1968.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. **Sensibilidades de um espaço:** ser uma princesa na modernização republicana – Feira de Santana 1940 a 1950. VIII encontro estadual de História – ANPUH/Ba. **Anais.** Feira de Santana, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477648447_ARQUIVO_SENSIBILIDADESDEUMESPACOSERUMAPRINCESANAMODERNIZACAOREPUBLICANA-FEIRADESANTANA1940-1950.pdf> Acesso em: 12 abr. 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/2/2.php>>. Acesso em: 05 maio 2018.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Índice de Performance Socioeconômica – IPESE.** Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia: Salvador, 2014.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza Sã, civilidade e comércio em Feira de Santana:** elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1927). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.